

Comunicações e Informações

Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores

Realizou-se, no período de 27 de setembro a 1º de outubro de 1993, o Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJA). O evento foi promovido pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), através da Secretaria de Educação Fundamental (SEF) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com a cooperação do UNESCO Institute for Education (UIE) de Hamburgo e o apoio das Prefeituras de Recife e Olinda e da Delegacia Regional do MEC em Pernambuco.

Participaram do encontro pesquisadores do Brasil, Chile, Equador, Colômbia e México, que através de conferências, debates e painéis forneceram um panorama da EJA nesses países e na América Latina, de um modo geral, bem como das propostas de ação para solucionar os problemas da área.

O encontro caracterizou-se pelo pluralismo de enfoques, abordando a EJA nos seus múltiplos aspectos e tendências e nas suas relações com questões como o analfabetismo funcional, os processos produtivos nas áreas rural e urbana, a heterogeneidade cultural, a participação dos segmentos sociais, a educação a distância e a educação continuada, sendo ainda debatidas as perspectivas de ação governamental quando à EJA no Brasil.

Ao final do encontro, os relatores e coordenadores dos painéis elaboraram um Relatório de Conclusões e Recomendações, discutido e aprovado em plenária, no qual estão contidas as apreciações e considerações dos participantes sobre os posicionamentos e as propostas apresentadas, e cujos tópicos comentamos a seguir, para informação do leitor quanto aos resultados do evento.

No plano das políticas educacionais

Segundo os participantes, há um esvaziamento de políticas para a EJA no plano federal, o que faz com que os Estados deleguem essa responsabilidade aos municípios. Na ausência de oferta pública, alguns segmentos têm se mobilizado, seja pressionando os poderes constituídos, seja realizando ações com recursos próprios ou juntamente com setores públicos ou privados, no sentido de captar recursos.

Preocupação semelhante tem ocorrido no setor produtivo, tanto entre empresários como entre trabalhadores, para a realização de ações de escolarização básica e de preparação pelo e para o trabalho, bem como há no plano legislativo um crescente reconhecimento formal do direito dos jovens e adultos à educação.

Toda essa mobilização em tomo da EJA parte da constatação da inexistência de diretrizes pedagógicas e de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas para esse tipo de ensino, quadro esse agravado

por fatores como a descontinuidade de políticas ao longo dos governos nos últimos anos, o que tem resultado em dispersão de esforços e conhecimentos, impedindo a melhoria da qualidade do atendimento. Some-se a isso a ausência de critérios públicos para a alocação de recursos financeiros e a redução dos seus montantes, o que torna persistente a desigualdade social e espacial de sua distribuição.

No plano pedagógico

Neste plano os participantes destacam a existência de currículos que visam a uma nova qualidade de ensino, mediante uma fundamentação epistemológica que toma o jovem e o adulto como construtores do saber, e que enfatiza o respeito à cultura dos sujeitos como ponto central para a interação com a natureza e a sociedade. Destacam, ainda, a utilização de princípios, metodologias e meios diferenciados que potencializam o atendimento na EJA de acordo com as necessidades.

Os participantes consideram a necessidade de se dar tratamento

diferenciado à EJA, distinto da educação infantil e da educação regular, e de serem levadas em conta as peculiaridades dos jovens e as características sócio-culturais dos alunos.

Quanto ao material didático específico à EJA, sua produção, distribuição e avaliação são insuficientes, dificultando a ação dos setores envolvidos.

Os participantes ressaltam também que, em decorrência das distintas concepções de cidadania dos promotores da EJA, há diferenças significativas entre as linhas epistemológicas e as concepções pedagógicas que orientam as ações e os modos de educação pelo e para o trabalho, além da inexistência de processos sistemáticos de acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas da EJA.

Quanto à produção do conhecimento

Foi constatada uma certa ausência das universidades e dos centros de pesquisa e de documentação nas questões da EJA, que resgatam pesquisas e

experiências passadas e atuais que possam apoiar novas ações e estudos. Desse modo, os participantes destacam a necessidade de valorização de experiências que permitam a sistematização e a construção de conhecimentos e de valorização do papel do educador nesse processo.

Quanto à formação do educador

Neste plano, como nos anteriores, a EJA não tem recebido a atenção devida. Isto pode ser percebido no processo de formação dos educadores para a área, na ausência de uma carreira específica, bem como de políticas salariais e jornada de trabalho para os mesmos, ou ainda, de preocupação em formar responsáveis para a implantação de políticas para a EJA.

Apesar desses problemas, os participantes acentuam o papel da reflexão sobre a prática como um processo permanente na formação do educador.

Recomendações

Com vistas à eliminação desses problemas, os participantes

enumeram uma série de recomendações que a curto ou longo prazo poderão melhorar a qualidade do ensino no campo da EJA.

Assim recomendam: maior definição, nos vários níveis governamentais, de diretrizes mais específicas, de divisão e integração de encargos e responsabilidades, bem como de instrumentos de apoio às iniciativas dos sistemas educacionais e da sociedade civil; durabilidade nas políticas governamentais, sobretudo financeira, para evitar a descontinuidade e a desmontagem de organizações, agências e programas; transparência e controle da operacionalização e dos resultados das políticas e programas adotados; ampliação dos recursos financeiros para enfrentamento dos desafios desse tipo de ensino; implementação de programas de atendimento a segmentos sócio-culturalmente desfavorecidos no seu acesso à EJA; formulação, implantação e institucionalização de programas de formação de educadores de jovens e adultos; implementação de redes disseminadoras de experiências, avaliações, memória de movi-

mentos e dos avanços de pesquisas, métodos, técnicas e formas de organização de EJA; ampliação, por meios impressos e multimeios, da produção, distribuição e avaliação de materiais didáticos da EJA, sobretudo os destinados às etapas de pós-alfabetização e aos conteúdos relativos a problemas sociais e coletivos; discussão e implantação de alternativas para a aplicação da Resolução 142 da OIT, que postula a gestão tripartite dos programas e instituições de EJA; facilidade de acesso aos recursos tecnológicos avançados a todos os setores da educação, evitando sua apropriação por grupos privilegiados; utilização da educação a distância como alternativa para a ampliação quantitativa e qualitativa da oferta de EJA e da formação dos seus agentes; criação de espaços públicos e canais para participação da sociedade civil, democratizando as políticas públicas da EJA; ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação e intercâmbio com governos e organizações internacionais em pesquisas e experimentos de EJA; estabelecimento de procedimentos flexíveis e democráticos de

apropriação, pelas comunidades locais e pelos programas de EJA, dos recursos e instalações dos Centros de Atenção Integral à Criança e aos Adolescentes e demais unidades do PRONAICA, bem como de outros programas do governo; atualização de inventários críticos de estudos, pesquisas, planos, métodos e materiais destinados à EJA; rearticulação e promoção do desenvolvimento conceitual, metodológico e organizacional de unidades e programas de ensino supletivo das administrações públicas; promoção de campanhas permanentes nos meios de comunicação, valorizando o saber como forma de melhoria da qualidade de vida; definição de

políticas de valorização dos profissionais da EJA e revisão do lugar desta na estrutura organizacional do MEC, para que este recupere sua capacidade de coordenação das políticas e ações nesse campo da educação.

Os participantes encerram o seu documento com um apelo para que o País repense os problemas existentes no ensino regular, criando condições para este executar a sua tarefa, sem que seja necessário penalizar a população, levando-a a procurar formas elementares de educação de jovens e adultos.

Assim seja.